

## SUMÁRIO

---

### **PREFÁCIO**

Romeu Felipe Bacellar Filho ..... 17

**INTRODUÇÃO** ..... 27

## **PARTE I – A CONFIGURAÇÃO JURÍDICA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO**

**CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, POLÍTICA E NORMATIVA DO PRINCÍPIO** ..... 39

**1.1 Origem e desenvolvimento teórico do princípio na doutrina brasileira** ..... 41

1.1.1 Antecedentes doutrinários e a formulação originária de Celso Antônio Bandeira de Mello..... 42

1.1.2 O desenvolvimento da teoria ..... 56

1.1.3 A acolhida da doutrina brasileira ..... 68

**1.2 Fundamentação política do princípio: modelos de relação entre interesse público e interesse privado** ..... 73

1.2.1 Inexistência de hierarquia entre interesses público e privado: o bem comum transcendental ..... 77

1.2.2 A concepção individualista de interesse geral no liberalismo oitocentista ..... 81

1.2.3 Prevalência do interesse público sobre o privado: aportes do Estado Social e Democrático de Direito..... 96

**1.3 Embasamento normativo-constitucional do princípio** ..... 108

1.3.1 A dupla função do interesse público no regime jurídico-administrativo: legitimação de prerrogativas e imposição de sujeições ..... 109

1.3.2 Fundamentos constitucionais específicos..... 120

1.3.3 Interpretação sistemática da Constituição..... 124

**CAPÍTULO 2 – A COMPOSTURA JURÍDICA DO PRINCÍPIO** ..... 129

**2.1 Conceitos de *princípio jurídico* e a norma da supremacia do interesse público** ..... 131

2.1.1 As distintas compreensões acerca da categoria normativa “princípio” na doutrina brasileira..... 136

2.1.2	Princípio da supremacia do interesse público como “mandamento nuclear” do sistema jurídico-administrativo ..	144
2.1.3	Princípio como “mandamento de otimização” e o duplo caráter normativo da supremacia do interesse público .....	148
<b>2.2</b>	<b>Noções de <i>interesse público</i> subjacentes ao princípio</b> .....	<b>152</b>
2.2.1	A dúplici noção jurídica de interesse público .....	155
2.2.2	Interesse público em sentido amplo.....	162
2.2.3	Interesse público em sentido estrito.....	181
<b>2.3</b>	<b>Supremacia do interesse público e suas distintas manifestações</b> .....	<b>194</b>
2.3.1	Supremacia do interesse público em sentido amplo (interesses juridicamente protegidos) sobre o interesse privado (interesses não tutelados) .....	195
2.3.2	Prevalência do interesse público em sentido estrito (interesse geral) sobre interesses específicos (individuais ou coletivos).....	200
2.3.3	Requisitos indispensáveis à aplicação do princípio.....	206

## PARTE II – A IMPROCEDÊNCIA DAS CRÍTICAS AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

<b>CAPÍTULO 3 – A PRETENSA IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO NA CATEGORIA NORMATIVA DE “PRINCÍPIO”</b> .....	<b>219</b>
<b>3.1 “Ausência de previsão normativa ou assento constitucional”</b> ....	<b>221</b>
3.1.1 Existência de previsão normativa .....	222
3.1.2 Conteúdo de mandamento jurídico-normativo e não apenas de postulado ético-político.....	227
3.1.3 Respaldo do princípio no sistema constitucional brasileiro....	230
<b>3.2 “Carência de conteúdo jurídico próprio (confusão com outros princípios)”</b> .....	<b>234</b>
3.2.1 Um dos possíveis conceitos de princípio: “mandamento nuclear de um sistema” .....	236
3.2.2 Complementaridade e concordância prática dos princípios .....	239
3.2.3 Comparação com os princípios da dignidade da pessoa humana e da juridicidade administrativa .....	242
<b>3.3 “Incompatibilidade com o princípio da proporcionalidade e com a técnica da ponderação”</b> .....	<b>247</b>
3.3.1 A ponderação diante do duplo caráter normativo da supremacia do interesse público: norma-princípio e norma-regra .....	249
3.3.2 O exemplo do princípio da supremacia constitucional e a contradição em relação ao princípio da dignidade humana.....	259

3.3.3 O princípio da proporcionalidade e a supremacia do interesse público: compatibilidade e paralelo .....	266
--	-----

**CAPÍTULO 4 – A SUPOSTA INUTILIDADE PRÁTICA DO PRINCÍPIO** ..... 273

<b>4.1 “Ausência de significação jurídica (indeterminação/fluidez conceitual)”</b> .....	274
4.1.1 Vagueza das expressões e a teoria dos conceitos jurídicos indeterminados .....	275
4.1.2 Possibilidade de determinação do conteúdo do interesse público .....	280
4.1.3 Existência de outros termos jurídicos igualmente indeterminados .....	285
<b>4.2 “Interesses privados compõem o interesse público (indissociabilidade)”</b> .....	290
4.2.1 Os conceitos de “interesse público” e de “interesse privado” adotados .....	291
4.2.2 Possibilidade de dissociação e contraposição entre interesses público e privado .....	293
4.2.3 Interesses “privados” que compõem o interesse público .....	297
<b>4.3 “Pluralidade/heterogeneidade de interesses públicos”</b> .....	300
4.3.1 Reconhecimento da pluralidade de interesses públicos e manutenção da utilidade do princípio da supremacia .....	302
4.3.2 A pluralidade de normas constitucionais e de direitos fundamentais .....	305
4.3.3 A dimensão principiológica da norma da supremacia: prevalência <i>prima facie</i> do interesse geral sobre os interesses específicos .....	307

**CAPÍTULO 5 – O ALEGADO PERIGO DE LEGITIMAÇÃO DE PRÁTICAS AUTORITÁRIAS**..... 311

<b>5.1 “Desconsideração do indivíduo (vinculação ao organicismo ou ao utilitarismo)”</b> .....	313
5.1.1 O personalismo solidário .....	314
5.1.2 A consideração do indivíduo .....	319
5.1.3 Interesses individuais como interesse público .....	323
<b>5.2 “Incompatibilidade com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais”</b> .....	325
5.2.1 Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais como núcleo do interesse público .....	326
5.2.2 Restrição de direitos fundamentais deve ser razoável e proporcional .....	335
5.2.3 Necessidade de previsão normativa e compensação jurídica no caso de afastamento de interesses específicos (individuais ou coletivos) juridicamente protegidos .....	345

<b>5.3 “Fundamento jurídico para a prática de arbitrariedades (‘razões de Estado’)”</b> .....	350
5.3.1 Necessidade de motivação dos atos fundados na supremacia do interesse público .....	352
5.3.2 Possibilidade de controle judicial .....	358
5.3.3 Suposta concordância da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	363
<b>CONCLUSÕES</b> .....	369
1 Proposições objetivas .....	369
2 Encerramento .....	390
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	393
<b>ÍNDICE DE ASSUNTO</b> .....	415
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO</b> .....	421